

Título: O conceito de justiça no pensamento ético-político-jurídico de Aristóteles nas obras Ética a Nicômaco livro V e a Política livro III

Autor(es) Eduardo Alberto Medrado Gomes Ferreira Queiroga; Wellington Trotta*

E-mail para contato: wtrotta@ig.com.br

IES: UNESA / Rio de Janeiro

Palavra(s) Chave(s): justiça; ética; Aristóteles; ética a nicômaco; política

RESUMO

A presente pesquisa tem o propósito de investigar o conceito de justiça no pensamento ético-político-jurídico de Aristóteles nas obras Ética a Nicômaco livro V e a Política livro III. Para compreender com profundidade o pensamento aristotélico no marco que julgamos importante é necessário estudar as principais obras desse filósofo. Contudo, julga-se acertado partir dos textos citados e depois retornar a eles após consultar, analiticamente, um conjunto de outras obras do estagirita que consubstancia o entendimento. Sabe-se que a ética é o ramo da filosofia que investiga acerca do comportamento humano, principalmente no tocante às relações estabelecidas entre os indivíduos, tentando desvelar a razão/motivo de determinado agir. Pela leitura, fica claro que o autor compreende a justiça como ação no relacionamento entre os indivíduos (ética), a justiça permeando as relações entre o homem e seu semelhante, compreendendo-a como arete, a maior das virtudes, a excelência moral fundamental. Interessante ressaltar que Aristóteles aborda a justiça como sendo uma hexis, ou seja estado, caráter, disposição, ou ainda possessão, o que revela o fato de que o indivíduo justo somente pode praticar a justiça, nesses termos a justiça "a disposição da alma graças à qual as pessoas se dispõem a fazer o que é justo, a agir justamente e a desejar o que é justo". Transborda em seu pensamento o conceito de justiça como equidade, meio termo, oposto simetricamente ao interesse dos indivíduos. De forma que aquele que é justo não pode tender nem para uma borda nem para outra, mas analisar os dois pontos de vista e optar por aquele que estabelece a melhor alternativa para o problema, de forma imparcial e que se ponha distante de interesses particulares. O justo como meio termo é o exercício da imparcialidade, de realmente se buscar fazer o que é justo. A política, sem dúvida, se situa no campo das ciências práticas, que visam à aquisição do conhecimento para a ação, como forma de efetivação dos institutos. O governo é o poder supremo da sociedade, e tal governo pode ser exercido por uma única pessoa, por poucas pessoas ou pela maioria delas (monarquia, aristocracia e democracia, respectivamente), de modo que seja em qualquer destas formas de governo, aqueles que governem o façam tendo em vista o bem comum, portando-se de forma correta. Tais formas de governo, quando desnaturadas, ou seja, quando se desviam de sua característica essencial de governança para o bem comum, tornam-se: tirania (correspondente à monarquia), oligarquia (respectivamente a aristocracia) e democracia (relativamente ao governo constitucional). Nas obras de Aristóteles o recorrente tema da felicidade humana quando o cidadão está inserto em uma sociedade justa, que é voltada para o bem comum e não para os interesses particulares. Novamente aqui o conceito de justiça como meio termo, não como igualdade absoluta. Justiça é tratar os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual, na medida de sua desigualdade, atingindo-se um meio termo social, em que o bem comum possa ser efetivado. Evidente, pois, que o filósofo enxerga na instrução das massas a melhor forma de eleição dos governantes. Somente pelo esclarecimento das pessoas é que se poderá construir uma sociedade mais justa e igualitária, na medida em que aqueles que governam o povo serão pessoas dotadas de senso de justiça, habilidade política, mas sobretudo identificação com o povo. Aristóteles disserta que a ética individual e a ética coletiva embora sejam conceitos distintos são indissociáveis, e ambas fazem parte da construção do conceito de justiça, seja ela individual ou coletiva. Somente através do cumprimento da lei, educação e igualdade material pode-se construir uma sociedade voltada ao bem comum, não escrava dos interesses particulares, com o fito de se alcançar uma vida independente e feliz.